

RECURSO ESPECIAL Nº 1.735.947 - RS (2018/0087815-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : MARIA PERPETUA LOBATO DE SOUZA
ADVOGADOS : SABRINA GUIDOTTI DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS063828
ROSANA VITACA JEZIORSKI - RS104478
RECORRIDO : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA PERPETUA LOBATO DE SOUZA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE NOVA DEMANDA. POSSIBILIDADE DE DESCONTO DO PERCENTUAL DE 10%. PRECEDENTE DO STJ.

Tendo ocorrido a complementação de aposentadoria da parte agravada com a incorporação do auxílio cesta-alimentação em razão de antecipação de tutela, não há falar em impossibilidade de restituição de valores, diante do julgamento improcedente da ação. Precedentes do STJ.

Outrossim, diante do princípio da economia processual, descabe o ajuizamento de ação própria para a entidade obter tal ressarcimento.

Considerando o princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor, a devolução de valores deve ocorrer mediante desconto em folha, observado o limite mensal de 10% sobre o valor da complementação de aposentadoria, até atingir o montante pago enquanto perdurou a antecipação de tutela.

Agravo de Instrumento parcialmente provido." (fl. 216)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 310/316).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal; 485, inciso V, 489, inciso II, §1º, incisos III e IV, e §3º, 502, 503, 505, 1.017 e 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em

síntese: (a) negativa de prestação jurisdicional; (b) nulidade em razão da ausência de juntada de documentos essenciais do agravo de instrumento; (c) impossibilidade de restituição das quantias recebidas a título de antecipação de tutela sob pena de ofensa à coisa julgada, uma vez que *"O recuso de Apelação da ora recorrida foi provido no sentido de cessar o pagamento do auxílio cesta alimentação, mas em momento algum foi deferido o direito à repetição dos valores"* (fl. 329); (d) ofensa ao princípio da segurança jurídica; (e) o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito em razão da inércia da parte recorrida em diligenciar no processo por mais de um ano.

Apresentadas contrarrazões às fls. 387/394.

É o relatório.

Inicialmente, no que tange à alegada violação do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não se conhece do recurso especial no ponto, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Quanto à alegada violação dos arts. 1.017 e 485, incisos I e II, do CPC/2015, verifica-se que o conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, tampouco constaram das razões dos embargos declaratórios opostos. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. *Agravo regimental desprovido.*”

(AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

Quanto ao mérito, a jurisprudência mais recente deste Tribunal Superior é no sentido de que os valores de benefícios previdenciários complementares recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada devem ser devolvidos, uma vez que os valores recebidos precariamente somente são legítimos enquanto vigorar o título judicial antecipatório (reversibilidade da tutela antecipatória), não havendo presunção de que tais verbas, porque recebidas de boa-fé, integram o patrimônio do beneficiário. Assim, ante a revogação da medida antecipatória, a obrigação de indenizar o dano causado pela execução de tutela antecipada é consequência natural da improcedência do pedido, decorrência *ex lege* da sentença, sob pena de enriquecimento ilícito, não havendo que se falar em ofensa à coisa julgada. Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS EM DECORRÊNCIA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA NO PERCENTUAL DE 10% DO MONTANTE DO BENEFÍCIO SUPLEMENTAR ATÉ A SATISFAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES

1. *A Segunda Seção, no julgamento do Resp 1.548.749/RS, firmou a orientação de que "a obrigação de indenizar o dano causado pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada é consequência natural da improcedência do pedido, decorrência ex lege da sentença, e, por isso, independe de pronunciamento judicial, dispensando também, por lógica, pedido da parte interessada".*

2. *"É possível reconhecer à entidade previdenciária, cujo plano de benefícios que administra suportou as consequências materiais da antecipação de tutela (prejuízos), a possibilidade de desconto no percentual de 10% do montante total do benefício mensalmente recebido pelo assistido, até que ocorra a integral compensação da verba percebida. A par de ser solução equitativa, a evitar o enriquecimento sem causa, cuida-se também de aplicação de*

analogia, em vista do disposto no art. 46, § 1º, da Lei n. 8.112/1990 - aplicável aos servidores públicos" (REsp 1.548.749/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe de 06/06/2016).

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt nos EDcl no REsp 1664475/SC, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018, g.n.)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO. PREVIDÊNCIA. PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PAGAMENTO DE PARCELAS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSTERIOR REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. DESCONTA EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITAÇÃO. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. É devida a restituição de parcelas incorporadas aos proventos de complementação de aposentadoria por força de antecipação de tutela posteriormente revogada, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do beneficiário de decisão judicial de natureza precária.

2. A obrigação da devolução dessas parcelas independe do ajuizamento de ação própria e deve ser satisfeita mediante o desconto em folha de pagamento efetivado pela entidade fechada, observado o limite de 10% da renda mensal do benefício de complementação suplementar, até a satisfação integral do crédito. Precedentes.

3. Não incidem juros de mora sobre as quantias a serem devolvidas, em razão de não haver ato voluntário ou omissão atribuída ao beneficiário que tenha ensejado o atraso na devolução das referidas parcelas.

4. Agravo interno parcialmente provido."

(AgInt no AREsp 761.080/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 26/09/2017, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO POSTERIOR. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS. NECESSIDADE. VERBA ALIMENTAR.

1. A jurisprudência mais recente deste Tribunal Superior é no sentido de que os valores de benefícios previdenciários complementares recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada devem ser devolvidos, haja vista a reversibilidade da medida antecipatória, a ausência de boa-fé

objetiva do beneficiário e a vedação do enriquecimento sem causa.

[...]

3. *Agravo interno não provido.*"

(AgInt no REsp 1.626.836/RS, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, j. em 7/2/2017, DJe 14/2/2017, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. PROVIMENTO JURISDICIONAL PROVISÓRIO. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *"A jurisprudência mais recente deste Tribunal Superior é no sentido de que os valores de benefícios previdenciários complementares recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada devem ser devolvidos, haja vista a reversibilidade da medida antecipatória, a ausência de boa-fé objetiva do beneficiário e a vedação do enriquecimento sem causa"* (AgRg no REsp n.1.568.908/RS, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 01/03/2016).

[...]

3. *Agravo regimental improvido.*"

(AgRg no REsp 1.584.052/RS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, Terceira Turma, j. em 10/5/2016, DJe 19/5/2016, g.n.)

Nesse contexto, não merece reforma o acórdão recorrido, ente a incidência do óbice da Súmula 83/STJ, aplicável a ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator